Boas práticas em Cibersegurança

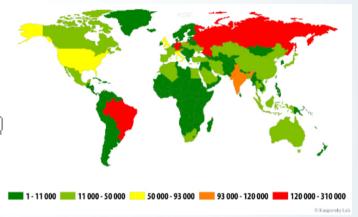
Brasil: destaque mundial em cibercrimes

Praias, Carnaval e Crimes Cibernéticos: Uma visão do submundo do Brasil

A Kaspersky Lab realizou uma pesquisa para entender as razões pelas quais o Brasil está se tornando um dos países mais famosos por crimes cibernéticos.

Matéria completa em: Beaches, carnivals and cybercrime: a look inside the Brazilian underground.

Brasil já é comparado com a Rússia e com a China pelo número de ataques cibernéticos.



Trojans bancários no mundo em 2014. (Reprodução/Kaspersky Lab)

Fator número 1: Impunidade

No Brasil, não há uma lei específica para o crime cibernético, e mesmo quando as pessoas são presas, elas são libertadas em pouco tempo.

Em 2012, o Brasil perdeu mais de 1,4 bilhão de reais em fraudes bancárias, segundo a Febraban. Meios de ataque mais comuns: Internet banking, clone de cartão de crédito e telefone.

Recentemente, a Polícia Federal prendeu um homem de 38 anos suspeito de comprar um casa no valor de 3 milhões de reais com recursos oriundos de fraude de boleto bancário.

No Brasil, o crime cibernético paga bem e oferece poucos riscos.

Fator número 2: Colaboração entre criminosos

No Brasil, é comum a venda de programas para roubo de informações. A facilidade de como são adquiridas estas ferramentas maliciosas aumenta o número de crimes virtuais.

O meio mais utilizado por cibercriminosos para divulgar seus serviços é o IRC (Internet Relay Chat). Em alguns outros casos também é possível encontrar grupos de cibercriminosos no Facebook e no Twitter.

Veja alguns exemplos da divulgação do programas deste tipo a seguir.



Boas práticas em Cibersegurança



Anúncios na Internet de ferramentas para praticar crimes virtuais.

Fator número 3: Ausência de lei de proteção a dados pessoais

No Brasil, não uma lei que regulamente a proteção de dados pessoais por parte de organizações. Assim, organizações também não são obrigadas a divulgar o vazamento de dados pessoais.

A consequência disso é que os cibercriminosos podem vender à vontade os dados pessoais dos brasileiros e, assim, é facilitada a prática de diversos tipos de fraude, como a realização de compras em nome de outras pessoas.

Banco de dados 2014 Detran BR São 5 milhões de cadastros no último semestre de 2014. ATENÇÃO- Não tem registros e dados de veiculos. Somente dados como: Nome, endereço, telefone e email Caso queira uma demostração da lista, acesse aqui Só vendemos o banco de dados completo. Não vendemos separados por estado. Valor do banco de dados: R\$ 150,00 via cartão (PayPal) ou deposito bradesco ou caixa R\$ 100,00 Caso precise de servidor para enviar os 5 milhões de emails: Acrecimo de R\$ 100,00 Dúvidas somente por email: affiliationbr@vahoo.com.br

Anúncio de venda de dados roubados na Internet.

Fator número 4: Falta de monitoramento de dados privilegiados

É comum encontrar no Brasil anúncios de venda de nomes de usuário e senhas válidas para acessos a bancos de dados confidenciais, como os bancos de dados de consulta à reputação do consumidor.

Além de terem suas credenciais vendidas, bancos de dados inteiros podem ser comprados ilegalmente através da Internet, como o da Receita Federal e o do Detran (abrangência nacional).



Boas práticas em Cibersegurança

Conclusão

O Brasil digitaliza seus dados e informatiza seus sistemas cada vez mais. Parece que estamos ficando mais ágeis e mais inteligentes. No entanto, o país não pode ficar mais inteligente se antes não estiver seguro.

O Infoseg é um sistema muito conhecido, criado para a integrar informações de segurança pública, do judiciário e do fisco. Reúne, ainda, informações referentes a veículos, condutores e armas.

Entretanto, como mostra uma reportagem do SBT Brasil, qualquer um pode comprar um usuário e uma senha para ter acesso ao sistema, ou seja, não temos segurança nenhuma em relação a confidencialidade de nossos dados pessoais, estamos vulneráveis a qualquer tipo de fraude.

Este sistema é apenas um exemplo de muitos no Brasil. Existem sites especializados na divulgação de dados da Receita Federal, do Detran, etc.

Desta forma, tanto as empresas quanto o governo precisam entender que para poder armazenar dados pessoais eles deveriam, no mínimo:

- (1) Possuir mecanismos e processos de segurança para proteção de dados e de sistemas;
- (2) Garantir que as pessoas que têm acesso aos nossos dados os utilizem de forma responsável;
- (3) Divulgar vazamentos de dados, quando eles ocorrerem.

